Handwritten signature in blue ink at the top right. Below it is a blue circular stamp containing a checkmark and the name "Mikaela" in a stylized font.

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES

Anexo

31 dezembro de 2023

Índice

1.	Identificação da Entidade.....	3
2.	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3.	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4.	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	16
5.	Ativos Fixos Tangíveis.....	16
6.	Ativos Intangíveis	17
7.	Financiamentos Obtidos	18
8.	Inventários	19
9.	Rédito	20
10.	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	20
11.	Subsídios do Governo e apoios do Governo	20
12.	Imposto sobre o Rendimento	21
13.	Benefícios dos empregados	21
14.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	22
15.	Outras Informações.....	23
15.1	Investimentos Financeiros	23
15.2	Clientes e Utentes	23
15.3	Outras contas a receber	24
15.4	Diferimentos	24
15.5	Caixa e Depósitos Bancários	24
15.6	Fundos Patrimoniais.....	25
15.7	Fornecedores	26
15.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	26
15.9	Outras Contas a Pagar	26
15.10	Fornecimentos e serviços externos.....	27
15.11	Outros rendimentos.....	28
15.12	Outros gastos	28
15.13	Resultados Financeiros.....	28
15.14	Acontecimentos após data de Balanço.....	29
16.	Proposta de aplicação dos resultados.....	31

ANEXO

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES

O presente Anexo, relativo ao período económico que termina a 31 de dezembro de 2023, procede à compilação das divulgações que o CSPR considera que devem ser relatadas, face ao exigido pelo normativo que lhe é aplicável, designadamente a NCRF-ESNL.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pela Direção, na reunião de 27 de março de 2024.

1. Identificação da Entidade

O “CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES”, NIF 503.495.468, tem sede em Recardães, 3750-722 Recardães, é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social com estatutos publicados no Diário da República n.º 127 de 31/05/1996, Série III, com sede em Póvoa da Igreja - Recardães.

Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Contribuir para a promoção integral de todos os habitantes, coadjuvando os serviços públicos competentes ou as instituições particulares num espírito de solidariedade humana, cristã e social.

Possui os seguintes CAE's:

CAE principal: 88990 – Outras atividade de apoio social sem alojamento, n.e..

CAE's secundários:

88101 – Atividades de apoio social para pessoas idosas, sem alojamento

85100 - Educação pré-escolar

88910 - Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento

87301 -Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento

87302 - Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, com alojamento

A Direção entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Entidade, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico (NCRF- ESNL) e outros normativos que tenham sido aplicados

Em 2023 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

2.2 Derrogação das disposições do SNC - ESNL

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Identificação e comentário das contas de balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

Handwritten signature in blue ink and a blue circular stamp with illegible text.

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Mesmo tendo em conta os impactos da Guerra na Ucrânia e no Médio Oriente, considera-se que a aplicação do pressuposto do princípio da continuidade é apropriado.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas

demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.



3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.
- Indicação do referencial contabilístico (NCRF-ESNL) e outros normativos que tenham sido aplicados.

3.1.13 Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, O euro é moeda funcional e de apresentação.

3.2.2 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas

quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	-
Programas de Computador	6 anos
Propriedade industrial	-
Outros Ativos Intangíveis	-

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

3.2.4 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade. As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	20 a 100 anos
Equipamento básico	8 a 40 anos
Equipamento de transporte	8 anos
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	6 a 10 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	8 a 16 anos

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.5 Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros noutras empresas e os outros investimentos financeiros encontram-se registados a custos de aquisição.

3.2.6 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out), sendo de realçar que os inventários são constituídos fundamentalmente por consumíveis e bens alimentares, com elevada rotação, ou seja, um stock para poucos dias.

3.2.7 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Handwritten signature in blue ink at the top right. Below it is a blue rectangular stamp with the word "Autenticado" (Authenticated) written vertically.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.9 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.10 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) *“as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas”*, pelo que entidade, tendo em conta as atividades desenvolvidas, encontra-se no âmbito desta isenção de IRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou



impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.12 Rédito e Regime do Acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas.

A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo.

3.2.13 Subsídios Recebidos

Os subsídios recebidos são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se sobretudo à cobertura de gastos da atividade social desenvolvida, incorridos e registados, sendo atribuídos pela Segurança Social, Camarários, e com o desenvolvimento de ações de formação e estágios profissionais, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados de cada período, proporcionalmente às depreciações e amortizações dos ativos subsidiados.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, mensurados pelo custo amortizado, na rubrica de "Financiamentos obtidos".



3.2.14 Gastos e regime do acréscimo

Os gastos são reconhecidos na demonstração dos resultados quando o dispêndio não produza benefícios económicos futuros ou quando os benefícios económicos futuros não se qualifiquem, ou deixem de se qualificar, para reconhecimento no balanço como ativo. São ainda reconhecidos gastos na demonstração dos resultados quando são incorridos passivos sem o reconhecimento de ativos.

Os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, o que significa que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos.

3.2.15 Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, salários, subsídios de alimentação, subsídio de férias e de natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Órgão de Gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Não existem outros benefícios atribuídos ao pessoal para além dos de benefícios de curto prazo, sendo que os Órgãos Sociais não são remunerados.

3.2.16 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantias relatadas dos ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em exercícios subsequentes que, não sendo previsíveis à data da aprovação destas demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e

dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das estimativas.

A pandemia Covid-19 e Guerra na Ucrânia trouxeram uma imprevisibilidade acrescida sobre as premissas a considerar no exercício de avaliação de ativos. De facto, na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte.

Os principais juízos de valor e estimativas contabilísticas mais relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023 incluíram:

- a) Imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e participações financeiras;
- b) Provisões para contingências e passivos ambientais;
- c) Imparidade para contas a receber;
- d) Imparidade para inventários;
- e) Vidas úteis e valores residuais de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- f) Reconhecimento do rédito;
- g) Reconhecimento de Subsídios;
- h) Provisões para contingências.

A curto prazo, não se prevê qualquer alteração que possa pôr em causa a validade dos atuais pressupostos e, portanto, não é exetável que se verifiquem ajustamentos materialmente relevantes no próximo período de relato.

A Instituição avaliou a atual exposição ao risco de crédito e os eventuais impactos das previsões económicas futuras, tendo concluído que o impacto é reduzido.

A Instituição considera que o valor realizável líquido dos seus inventários não é inferior ao seu valor contabilístico, tendo concluído que não são necessários quaisquer ajustamentos aos valores escriturados.

3.2.17 Política de gestão de riscos

A Entidade desenvolve a sua atividade num ambiente que a coloca exposta a diversos riscos, nomeadamente o risco de mercado (que incluem o risco de taxa de juro e de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

Alicerçada numa política de continuidade o CSPR monitoriza os riscos de modo a minimizar os efeitos adversos que possam provocar sobre o seu desempenho financeiro.

a) Risco de taxa de câmbio

A exposição do CSPR ao risco de taxa de câmbio é nula.

b) Risco de taxa de juro

A exposição do CSPFR ao risco de taxa de juro é nula, dado que não existem empréstimos contraídos.

c) Risco de preço

O risco de preço traduz o grau de exposição da entidade às variações de preço formado em mercado de plena concorrência, relativamente aos serviços sociais prestados aos seus utentes/clientes, bem assim de outros ativos e instrumentos financeiros que a entidade possua, com intenção de venda futura.

Através da monitorização que é feita sobre os preços possíveis de praticar e as perspetivas de evolução futura, é convicção que existe um risco de preço associado às prestações dos nossos serviços, integralmente direcionados para a área de serviços sociais, onde existe uma forte barreira na capacidade de transferência do preço praticado ao cliente/utente face aos gastos incorridos com a prestação dos mesmos, e que, considerando ainda os apoios prestados pela Segurança Social e as exigências - com gastos a incorrer de vários tipos e por essa Entidade também exigidos para a prestação desses serviços, poderá resultar em alguns casos que o preço ao cliente poderá não suportar os gastos inerentes aos serviços que em algumas valências estão a ser prestados. O aumento crescente e abrupto de preços que atualmente se regista é para nós também uma preocupação.

d) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de incumprimento das obrigações contratuais assumidas por terceiros.

A exposição ao risco de crédito está na sua maioria associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional, dos seus clientes/utentes.

Este risco é monitorizado de forma regular através de sistemas de plafonds de crédito concedido, controlo dos prazos médios de recebimento de clientes, análise da evolução do crédito concedido.

Esta análise, dado tratar-se de uma IPSS, atende também a critérios económico-sociais em que a entidade tem a responsabilidade de gerir, nomeadamente situações de famílias que se encontrem a dado momento com maiores dificuldades, facto que não é significado de renúncia imediata à prestação de serviços e atende a um período em que se deve efetuar a melhor análise

e solução para a situação em concreto (contactar familiares, negociar pagamentos, entre outras hipóteses). A diminuição crescente do poder de compra das famílias em resultado da pressão inflacionista é um risco a que a Direção está consciente e atenta.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez encontra-se relacionado com a capacidade da Entidade para solver as suas obrigações de pagamento dentro dos prazos contratados para o efeito.

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades assim como pela negociação de limites de crédito que permitam assegurar os meios financeiros necessários para solver os compromissos no momento em que estes se tornam exigíveis que tem sido assegurado.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	36 035,56					36 035,56
Edifícios e outras construções	3 499 219,61					3 499 219,61
Equipamento básico	844 312,14					844 312,14
Equipamento de transporte	274 005,08					274 005,08
Equipamento administrativo	516 262,81					516 262,81
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	569 474,62					569 474,62
Total	5 739 309,82	0,00	0,00	0,00	0,00	5 739 309,82
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	1 161 578,42	39.496,55				1 201 074,97
Equipamento básico	710 747,71	12.946,43				723 694,14
Equipamento de transporte	261 463,47	3.990,91				265 454,38
Equipamento administrativo	501 775,76	4.479,93				506 255,69
Equipamento biológico	0,00					0,00

Outros Ativos fixos tangíveis	563 187,39	779,51				563 966,90
Total	3 198 752,75	61.693,33	0,00	0,00	0,00	3 260 446,08
Investimento em Curso	0,00					0,00
Total Líquido	2 540 557,07					2 478 863,74

Descrição	2022					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	36 099,45		63.89			36 035,56
Edifícios e outras construções	3 556 879,61		57.660.00			3 499 219,61
Equipamento básico	819 712,14	24.600.00				844 312,14
Equipamento de transporte	274 005,08					274 005,08
Equipamento administrativo	513 288,07	2.974.74				516 262,81
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	569 474,62					569 474,62
Total	5 769 458,97	27.574.74	57.723.89	0,00	0,00	5 739 309,82
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	1 119 923,51	41.654.91				1 161 578,42
Equipamento básico	696 960,79	13.786.92				710 747,71
Equipamento de transporte	257 472,52	3.990.95				261 463,47
Equipamento administrativo	497 558,58	4.217.18				501 775,76
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	562 407,88	779.51				563 187,39
Total	3 134 323,28	64 429.47	0,00	0,00	0,00	3 198 752,75
Investimento em Curso	0,00					0,00
Total Líquido	2 635 135,69					2 540 557,07

6. Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

2023						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	6 485,79					6 485,79
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	77 489,00					77 489,00
Total	83 974,79	0,00	0,00	0,00	0,00	83 974,79
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	2 958,52	1.081,19				4 039,71
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	77 489,00					77 489,00
Total	80 447,52	1 081,19	0,00	0,00	0,00	81 528,71
Total Líquido	3 527,27					2 446,08

2022						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	6 485,79					6 485,79
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	77 489,00					77 489,00
Total	83 974,79	0,00	0,00	0,00	0,00	83 974,79
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	1 877,33	1.081,19				2 958,52
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	77 489,00					77 489,00
Total	79 366,33	1 081,19	0,00	0,00	0,00	80 447,52
Total Líquido	4 608,46					3 527,27

7. Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2023			2022		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas			0,00			0,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7.1. Quantia das dívidas da entidade cobertas por garantias reais, com indicação da natureza e da forma dessas garantias

Não existem, à data de reporte 31 de dezembro de 2023, empréstimos contraídos pelo CSPFR, nem outras dívidas cobertas por garantias reais.

8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2022				2023		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	13.103,36	255.462,93	0,00	15 529,23	310.856,08	0,00	11 273,32
Produtos acabados e intermédios			0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso			0,00	0,00		0,00	0,00
Total	13.103,36	255.462,93	0,00	15 529,23	310.856,08	0,00	11 273,32
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				253 037,06			315 111,99
Variações nos inventários da produção				0,00			0,00

9. Rédito

Para os períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2023	2022
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	623 762,69	617 258,69
Creche	24 222,14	36 742,87
Jardins de Infância	71 210,25	76 449,78
Atividades de Tempos Livres	30 013,88	26 717,74
Lares Residenciais	70 880,36	66 276,04
E.R.P.I.	315 651,93	300 871,03
Centros de Dia	22 288,06	14 459,42
Apoio Domiciliário	89 496,07	95 741,81
Quotas e joias		
Outras Prestações de Serviços	38 200,64	33 058,83
Rendimentos de patrocinadores e colaborações		
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	661 963,33	650 317,52

10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Não temos conhecimento de qualquer facto que possa dar origem a passivos contingentes ou quaisquer compromissos ou acordos futuros assumidos que devam ser refletidos em Balanço ou que devam ser objeto de divulgação.

11. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2023		2022	
	Valor imputado no período	Valor que falta imputar	Valor imputado no período	Valor que falta imputar
Subsídios ao investimento	14 851,84	785 966,69	14 851,84	800 782,97
Subsídios à exploração	1 668 579,40		1 625 190,08	
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1 624 027,55		1 614 547,40	
Dos quais:				
Segurança Social	1 602 334,09		1 598 754,44	

Descrição	2023		2022	
	Valor imputado no período	Valor que falta imputar	Valor imputado no período	Valor que falta imputar
Creches	267 546,51		218 058,76	
COMPARTICIPAÇÕES FAMILIARES CRECHES	0,00		5 445,22	
PRE ESCOLAR COMP EDUCATIVA	37 480,50		88 640,64	
PRE ESCOLAR APOIO SOCIAL	123 105,10		50 141,52	
PRE ESCOLAR COMPENSAÇÃO SALARIAL	0,00		22 819,68	
CENTRO ACOLHIMENTO/ACORDO	292 268,85		293 775,63	
Centros de Atividades de Tempos Livres	36 894,30		37 028,20	
S.A.D. 1	237 286,73		238 386,79	
CENTRO DE DIA	19 652,28		19 485,77	
ACOMPANHAMENTO SOCIAL	14 283,54		61 441,86	
Lar Residencial	391 617,71		387 885,93	
Lares	182 198,57		174 676,23	
Apoio à Família	0,00		968,21	
Lay-Off	0,00		0,00	
IAPMEI-aumento RMMG	0,00		0,00	
Adaptar Social +	0,00		0,00	
I.E.F.P. CENTRO EMPREGO AGUEDA	21 693,46		15 792,96	
Subsídios de outras entidades	44 551,85		10 642,68	
Outros (correções de anos anteriores - rendimentos diferidos de subsídios)	0,00		0,00	
Valor dos reembolsos efetuados no período	1 668 579,40		1 625 190,08	
De subsídios ao investimento				
De subsídios à exploração	1 668 579,40		1 625 190,08	

12. Imposto sobre o Rendimento

Divulgação dos seguintes componentes de gasto de imposto sobre o rendimento

Conforme referido no ponto 3.2.11, a entidade encontra-se isenta de IRC no âmbito das atividades que realiza nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Dado que todas as atividades exercidas o foram dentro desses fins, não foi apurado qualquer imposto sobre o rendimento em IRC.

13. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2023 e 2022, foram de 5.

Nos termos estatutários os órgãos diretivos não usufruem qualquer tipo de remunerações.

O número de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2023 foi de "100" e em 31/12/2022 foi de "97".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2023	2022
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	1 441 844,55	1 266 346,41
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	314 282,95	282 013,61
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	31 779,28	31 373,77
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	826,96	1 813,82
Total	1 788 733,74	1 581 547,61

Outras divulgações sobre benefícios dos empregados

Não existem compromissos em matéria de pensões.

Não existem adiantamentos ou créditos concedidos.

Não foram assumidos compromissos ou garantias em nome dos colaboradores.

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações para negócios entre a Entidade e a Direção.

Não existe até à presente data conhecimento de quaisquer aspetos não financeiros relevantes, nomeadamente situações de carater laboral, ambiental ou de outra índole que possam pôr em causa a atividade futura da entidade ou suscetíveis de gerar outras responsabilidades ou contingências que não tenham sido reconhecidas ou divulgadas nas presentes demonstrações financeiras.

Não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

15. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2023	2022
Investimentos noutras empresas	1 662,83	1 662,83
Outros investimentos financeiros (FCT)	20 867,49	19 141,64
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	22 530,32	20 804,47

Na sequência da alteração do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), aprovada pelo Decreto-lei n.º 115/2023, de 15 de dezembro, o FCT poderá ser mobilizado em 2024 para os fins previstos no referido diploma.

15.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2023 e 2022 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	55 373,62	44 829,54
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes	38.639,53	38.639,53
Total	94.013,15	83.469,07

Nos períodos de 2023 e 2022 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2023	Reforço	2022
Clientes			
Utentes	-38 639,53	0,00	-38 639,53
Total	-38 639,53	0,00	-38 639,53

Avaliamos o risco de cobrabilidade não tendo sido necessário efetuar um reforço de imparidades em “Clientes e Utentes”.

Descrição	2022	Reforço	2021
Clientes			
Utentes	-38 639,53	7.153,51	-31 486,02
Total	-38 639,53	7.153,51	-31 486,02

15.3 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a seguinte decomposição:

Descrição	2023	2022
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Saldos devedores de fornecedores	0,00	0,00
Outros Devedores	3 442,04	7 721,39
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	3 442,04	7 721,39

15.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2023	2022
Gastos a Reconhecer		
<i>Seguros</i>	7.885,90	7.028,78
Total	7.885,90	7.028,78
Rendimentos a Reconhecer		
<i>Creche</i>	256,44	0,00
<i>Jardim de Infância</i>	1.933,13	0,00
<i>ATL</i>	1.088,45	0,00
<i>PRR – Mobilidade Verde</i>	17.500,00	17.500,00
Total	20.778,02	17.500,00

15.5 Caixa e Depósitos Bancários

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, o caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontrava-se com os seguintes saldos

2023

Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1 919,76	620 999,50	622 887,54	31,72
Depósitos à ordem	353 890,54	2 842 988,21	2 829 312,66	367 566,09
Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00

Total caixa e depósitos bancários	355 810,30	3 463 987,71	3 452 200,20	367 597,81
-----------------------------------	------------	--------------	--------------	------------

Todos os valores em Caixa encontram-se disponíveis para uso.

2022

Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	7 139,00	623 559,99	628 779,23	1 919,76
Depósitos à ordem	324 603,86	2 434 604,38	2 405 317,70	353 890,54
Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00
Total caixa e depósitos bancários	331 742,86	3 058 164,37	3 034 096,93	355 810,30

15.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

2023

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	49 879,79	0,00	0,00	49 879,79
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	1 516 005,73	173 482,85	0,00	1 689 488,58
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	800 818,53	0,00	14 851,84	785 966,69
Subsídios	800 782,97	0,00	14 851,84	785 931,13
Doações	35,56	0,00	0,00	35,56
Resultado Líquido do Exercício	173 482,85	0,00	278 615,56	-105 132,71
Total	2 540 186,90	173 482,85	293 467,40	2 420 202,35

2022

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	49 879,79	0,00	0,00	49 879,79
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	1 441 008,97	74 996,76	0,00	1 516 005,73
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	873 394,26	0,00	72 575,73	800 818,53
Subsídios	815 634,81	0,00	14 851,84	800 782,97
Doações	57 759,45	0,00	57 723,89	35,56
Resultado Líquido do Exercício	74 996,76	173 482,85	74 996,76	173 482,85
Total	2 439 279,78	248 479,61	147 572,49	2 540 186,90

15.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Fornecedores c/c	52.330,62	23.016,96
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores: faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	52.330,62	23.016,96

15.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1 055,44	625,18
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	7 952,00	9 920,81
Segurança Social	34 418,12	32 321,96
Outros Impostos e Taxas	47,59	14,34
Total	43 473,15	42 882,29

15.9 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2023		2022	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		259 901,99		233 971,08
Outros credores	23 880,64	152 726,70	23 880,64	114 370,18
Total	23 880,64	388 748,05	23 880,64	348 341,26

Os credores por acréscimos de gastos incluem uma estimativa de remunerações a liquidar em 2024, com colaboradores no valor de 259.883,83 euros. O valor de outros credores no passivo corrente é referente fundamentalmente a saldos de abonos pertencentes a utentes do CAT e

Lar Residencial num total de 80.610,34 euros, existindo uma conta de Depósitos à Ordem que são de sua pertença.

15.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, foi a seguinte:

Descrição	2023	2022	Variação
Serviços Especializados	107 400,29	122 248,80	-14 848,51
Trabalhos especializados	51 989,21	45 807,42	6 181,79
Publicidade e propaganda	295,20	553,50	-258,30
Vigilância e segurança	4 214,79	1 644,02	2 570,77
Honorários	8 219,91	32 081,62	-23 861,71
Comissões	0,00	1 070,10	-1 070,10
Conservação e reparação	41 389,30	39 672,87	1 716,43
Serviços Bancários	0,00	0,00	0,00
Outros serviços especializados	1 291,88	1 419,27	-127,39
Materiais	168 004,55	15 437,59	152 566,96
Ferram. e utens. desg. rápido	10 084,88	4 805,18	5 279,70
Livros e documentação técnica	0,00	19,00	-19,00
Material de escritório	9 339,43	3 931,23	5 408,20
Artigos para oferta	714,05	631,00	83,05
Outros materiais	147 866,19	6 051,18	141 815,01
Energia e Fluidos	102 424,33	76 827,68	25 596,65
Eletricidade	37 460,14	21 463,06	15 997,08
Combustíveis	50 103,82	38 049,33	12 054,49
Água	14 860,37	17 315,29	-2 454,92
Deslocações, Estadas e Transportes	7 027,01	1 469,84	5 557,17
Deslocações e estadas	1 839,21	1 398,71	440,50
Transportes de pessoal	5 187,80	0,00	5 187,80
Transportes de mercadorias	0,00	39,37	-39,37
Outros transportes	0,00	31,76	-31,76
Serviços Diversos	95 274,75	83 084,16	12 190,59
Rendas e alugueres	14 375,00	17 605,50	-3 230,50
Comunicação	6 013,24	5 011,26	1 001,98
Seguros	14 269,19	15 338,60	-1 069,41
Royalties	0,00	0,00	0,00
Contencioso e notariado	0,00	122,03	-122,03
Despesas de representação	0,00	340,00	-340,00
Limpeza, higiene e conforto	53 610,66	43 397,25	10 213,41
Outros serviços	7 006,66	1 269,52	5 737,14
Totais	480 130,93	299 068,07	181 062,86

A rubrica outros materiais releva um acréscimo significativo, incorporando a entrada de bens essencialmente de vestuário e calçado doados por uma loja que encerrou, devidamente fiscalizados pela Autoridade Tributária. O donativo foi considerado em outros rendimentos e totaliza o montante de cerca de 125 mil euros.

15.11 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Rendimentos Suplementares	30 711,52	29 188,37
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	25,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	142,08	2 828,90
Rendimentos em investimentos não financeiros	1 331,90	32 024,35
Outros rendimentos	184 316,21	52 624,78
Total	216 501,71	116 691,40

A rubrica de outros rendimentos inclui entre outros, o montante reconhecido a título de subsídios ao investimento (14.851,84€), consignação de IRS a 0,05% (1.422,57€), donativos (157.903,19€). O valor de donativos inclui um donativo em espécie atribuído por uma loja que encerrou, melhor detalhado no ponto anterior.

15.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Impostos	60,00	811,70
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	5 361,53	11 587,54
Total	5 421,53	12 399,24

Os outros gastos incluem apoio a carenciados de 4.701,19€.

15.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2023 e 2022 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2023	2022
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	4,44	0,00
Total	4,44	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	0,00	0,00

15.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo Direção em 27 de março de 2023.

É intenção da Direção para este exercício, cumprir o programa de ação e o orçamento aprovado em novembro de 2023.

- Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições, designadamente a melhor estimativa da administração a esta data sobre impactos possíveis sobre a atividade do CSPFR. Avaliação sobre a base de elaboração das demonstrações financeiras à luz do princípio da continuidade.

Em finais de fevereiro de 2022, foi despoletada uma guerra na Ucrânia com a Rússia, no início de outubro de 2023, foi também despoletada uma guerra no Médio Oriente, entre Israel e o Hamas, os desfechos ainda estão longe de se vir a conhecer tendo, contudo, trazido para a esfera do CSPREC um aumento generalizado dos preços, dos quais a nossa atividade depende para a prestação dos serviços, facto a que estaremos atentos.

Em resultado das situações atrás descritas, é convicção da Direção que o pressuposto para elaborar as demonstrações financeiras numa base de continuidade é apropriado, não havendo intenções nem perspetivas de constrangimentos severos que a impeçam de prosseguir em continuidade.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

16. Proposta de aplicação dos resultados

Propomos que o resultado líquido de negativo de -105.132,71 euros do exercício de 2023, seja aplicado do seguinte modo:

- Para Resultados Transitados..... -105.132,71

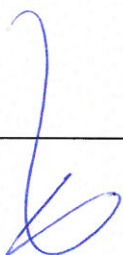
Total..... -105.132,71

Recardães, 27 de março de 2024

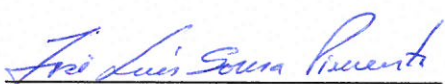
O Contabilista Certificado

A Direção

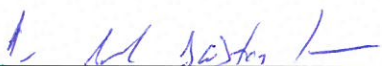
cc- 15951
João Gaudêncio



Padre José Luís Sousa Pimenta



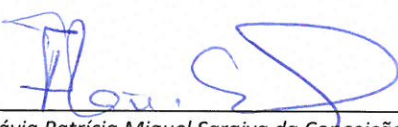
Bruno Alexandre Bastos Fernandes



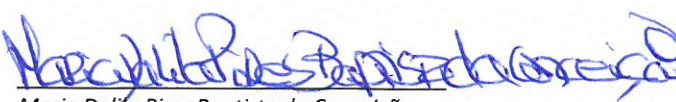
José Eduardo de Castro Martins



Flávia Patrícia Miguel Saraiva da Conceição



Maria Dalila Pires Baptista da Conceição



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES
BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

*Centro Social Paroquial
da Freguesia de Recardães*

(Modelo para Entidades do Setor Não Lucrativo)

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 478 863,74	2 540 557,07
Bens do património histórico e cultural		-	-
Ativos intangíveis	6	2 446,08	3 527,27
Investimentos financeiros	15.1	22 530,32	20 804,47
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
Outros créditos e ativos não correntes		-	-
		2 503 840,14	2 564 888,81
Ativo corrente			
Inventários	8	11 273,32	15 529,23
Créditos a receber	15.2	55 373,62	44 829,54
Estado e outros Entes Públicos		-	-
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
Diferimentos	15.4	7 885,90	7 028,78
Outros ativos correntes	15.3	3 442,04	7 721,39
Caixa e depósitos bancários	15.5	367 597,81	355 810,30
		445 572,69	430 919,24
Total do Ativo		2 949 412,83	2 995 808,05
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	15.6		
Fundos		49 879,79	49 879,79
Excedentes técnicos		-	-
Reservas		-	-
Resultados transitados		1 689 488,58	1 516 005,73
Excedentes de revalorização		-	-
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	11	785 966,69	800 818,53
		(105 132,71)	173 482,85
Total do fundo do capital		2 420 202,35	2 540 186,90
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Provisões específicas		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Outras dívidas a pagar	15.9	23 880,64	23 880,64
		23 880,64	23 880,64
Passivo corrente			
Fornecedores	15.7	52 330,62	23 016,96
Estado e outros Entes Públicos	15.8	43 473,15	42 882,29
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Diferimentos	15.4	20 778,02	17 500,00
Outros passivos correntes	15.9	388 748,05	348 341,26
		505 329,84	431 740,51
Total do passivo		529 210,48	455 621,15
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 949 412,83	2 995 808,05

Recardães, 27 de Março 2024

Contabilista Certificado

cr-1597

Direcção

João Luís Sousa Pinheiro

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Modelo para Entidades do Setor Não Lucrativo)

Centro Social Paroquial
da Freguesia de Recardães

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	9	661 963,33	650 317,52
Subsídios, doações e legados à exploração	11	1 668 579,40	1 625 190,08
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(315 111,99)	(253 037,06)
Fornecimentos e serviços externos	15.10	(480 130,93)	(299 068,07)
Gastos com o pessoal	13	(1 788 733,74)	(1 581 547,61)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15.2	-	(7 153,51)
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)		-	-
Outras Imparidades (perdas/reversões)		-	-
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos	15.11	216 501,71	116 691,40
Outros gastos	15.12	(5 421,53)	(12 399,24)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(42 353,75)	238 993,51
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 ; 6	(62 774,52)	(65 510,66)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(105 128,27)	173 482,85
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	15.13	(4,44)	-
Resultados antes de impostos		(105 132,71)	173 482,85
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		(105 132,71)	173 482,85

Recardães, 27 de Março 2024

Contabilista Certificado

ce 154.9

Direcção

José Luís Sousa Pinheiro

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDAES
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2023
(Modelo para Entidades do Setor Não Lucrativo)



DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
1 POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023		49 879,79	1 516 005,73	800 818,53	173 482,85	2 540 186,90	-	2 540 186,90
2 ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	173 482,85	-	(173 482,85)	-	-	-
3 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-	173 482,85	-	(173 482,85)	-	-	-
4=2+3 RESULTADO INTEGRAL		-	-	-	(105 132,71)	(105 132,71)	-	(105 132,71)
5 OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO Fundos Subsídios, doações e legados Outras operações		-	-	(14 851,84)	(278 615,56)	(14 851,84)	-	(14 851,84)
6=1+2+3+4 POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2023	15.6	49 879,79	1 689 488,58	785 966,69	(278 615,56)	2 420 202,35	-	2 420 202,35

Handwritten signatures and initials in blue ink.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2022

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
6 POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022		49 879,79	1 441 008,97	873 394,26	74 996,76	2 439 279,78	-	2 439 279,78
7 ALTERAÇÕES NO PERÍODO Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		-	74 996,76	-	(74 996,76)	-	-	-
8 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-	74 996,76	-	(74 996,76)	-	-	-
9=7+8 RESULTADO INTEGRAL		-	-	-	173 482,85	173 482,85	-	173 482,85
10 OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO Fundos Subsídios, doações e legados Outras operações		-	-	(72 575,73)	98 486,09	173 482,85	-	(72 575,73)
6+7+8+10 POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	15.6	49 879,79	1 516 005,73	800 818,53	98 486,09	2 540 186,90	-	2 540 186,90

Contabilista Certificado

Handwritten signature: Triunfo Soares Pereira
Direção

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DA FREGUESIA DE RECARDÃES
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023



Centro Social Paroquial
da Freguesia de Recardães

(Modelo para Entidades do Setor Não Lucrativo)

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2023	2022
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		685 239,50	666 232,92
Pagamentos de subsídios		-	-
Pagamentos de apoios		-	-
Pagamentos de bolsas		-	-
Pagamento a fornecedores		(613 516,27)	(643 551,84)
Pagamentos ao pessoal		(1 755 055,90)	(1 545 153,87)
Caixa gerada pelas operações		(1 683 332,67)	(1 522 472,79)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		1 696 850,47	1 561 596,19
Outros recebimentos/pagamentos		13 517,80	39 123,40
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)			
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	(39 356,60)
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		(1 725,85)	(4 699,36)
Outros Ativos		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		-	29 000,00
Ativos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(1 725,85)	(15 055,96)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de fundos		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		(4,44)	-
Dividendos		-	-
Reduções do fundo		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		(4,44)	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		11 787,51	24 067,44
Caixa e seus equivalentes no início do período		355 810,30	331 742,86
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15.5	367 597,81	355 810,30

Recardães, 27 de Março 2024

Contabilista Certificado

Direcção